

HABEAS CORPUS Nº 548.817 - SP (2019/0358069-6)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : VINICIUS RODRIGUES ALVES
ADVOGADO : VINICIUS RODRIGUES ALVES - SP417994
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : EDER MATHEUS DE PAULA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de pedido liminar em **habeas corpus** impetrado em benefício de EDER MATHEUS DE PAULA, em face de v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**, que restou assim ementado:

"HABEAS CORPUS - Estelionatos (CP, art. 171, caput, por dezesseis vezes) - Pleito de revogação da prisão preventiva. Pressupostos da segregação cautelar presentes - Existência de ações penais por fatos análogos em curso - Inócuas outras medidas do artigo 319 do CPP - Constrangimento ilegal não caracterizado – Ordem denegada".

É o breve relatório.

Passo a decidir.

No caso em tela, **ao menos em sede de apreciação sumária**, tenho que o **decisum** que decretou a prisão preventiva do ora paciente está suficientemente fundamentado, com a indicação da existência nos autos de circunstâncias ensejadoras da custódia cautelar, notadamente pelo fundado receio de reiteração delitiva.

Sobre o tema, colaciono o seguinte precedente desta eg. Corte Superior:

"HABEAS CORPUS. ESTELIONATO E USO DE DOCUMENTO FALSO. REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. IMPOSSIBILIDADE. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. MODUS OPERANDI. CONCURSO DE AGENTES. CRIMES PRATICADOS EM DIFERENTES ESTADOS. RISCO REAL DE REITERAÇÃO

DELITIVA. HABITUALIDADE DA CONDUTA DELITUOSA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS.

IRRELEVÂNCIA. INSUFICIÊNCIA DE MEDIDA CAUTELAR ALTERNATIVA. ORDEM DENEGADA.

1. Considerando a natureza excepcional da prisão preventiva, somente se verifica a possibilidade da sua imposição quando evidenciado, de forma fundamentada e com base em dados concretos, o preenchimento dos pressupostos e requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal - CPP. Deve, ainda, ser mantida a prisão antecipada apenas quando não for possível a aplicação de medida cautelar diversa, nos termos previstos no art. 319 do CPP.

2. No caso, verifica-se que a prisão preventiva foi adequadamente motivada com base em elementos concretos extraídos dos autos, restando demonstrada a elevada periculosidade social do paciente evidenciada pelo modus operandi da conduta delituosa - tendo em vista que os agentes, munidos de documentos de identidade falsificados, fraudavam instituições financeiras em diversos Estados da Federação (Goiás, Mato Grosso e Tocantins). O Tribunal a quo informou que foram encontrados três documentos falsos em poder do paciente, tendo ressaltado o risco real de reiteração delitiva, porquanto restou comprovada a habitualidade na conduta delituosa.

Nesse contexto, forçoso concluir que a prisão processual está devidamente fundamentada na necessidade de garantia da ordem pública, não havendo falar, portanto, em existência de evidente flagrante ilegalidade capaz de justificar a sua revogação.

3. É entendimento do Superior Tribunal de Justiça que as condições favoráveis do paciente, por si sós, não impedem a manutenção da prisão cautelar quando devidamente fundamentada.

4 Inaplicável medida cautelar alternativa quando as circunstâncias evidenciam que as providências menos gravosas seriam insuficientes para a manutenção da ordem pública.

Ordem denegada" (HC 425.312/TO, Quinta Turma, Rel. Min. Joel Ilan Pacionik, DJe 06/04/2018).

Sobre o alegado excesso de prazo para o término da instrução processual verifico que o Tribunal de origem não analisou a questão ficando esta Corte impedida de se manifestar sob pena de indevida supressão de instância.

Não há que se falar, portanto, **em princípio**, em ilegalidade da

Superior Tribunal de Justiça

prisão. Assim, não verifico a ocorrência de flagrante ilegalidade que possa ser identificada neste juízo meramente perfunctório, razão pela qual **indefiro o pedido liminar**.

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas ao juízo de primeiro grau e à autoridade tida por coatora.

Após, abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

P. e I.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator